

## EDITORIAL

---

A presente edição especial de *Perspectivas Filosóficas* é dedicada a temas em filosofia analítica. Por “filosofia analítica” nos referimos, aqui, não a uma escola filosófica unificada por um projeto comum, como o de, por exemplo, desfazer confusões conceituais por meio de uma análise lógica da linguagem, mas sim a uma tradição filosófica possivelmente unificada apenas pela valorização de aspectos do pensamento filosófico tais como a clareza, precisão e rigor na argumentação. De fato, os mais diversos temas filosóficos são objeto de estudo da filosofia analítica – há, por exemplo, abordagens analíticas acerca da consciência, das emoções, do belo, da moral, e até do amor. Porém, a tradição analítica tem, desde os seus primórdios (justificadamente ou não), uma especial preocupação com questões relacionada à linguagem e ao conhecimento. Os cinco artigos que compõem esta edição debruçam-se sobre tais temas.

O primeiro deles, “Princípios para uma Semântica das Línguas Naturais: os Clássicos e os Novos”, de André Leclerc, lida com uma das questões mais fundamentais da filosofia da linguagem: como explicar a nossa habilidade de produzir e compreender adequadamente um número potencialmente infinito de frases sensatas? Em seu artigo, Leclerc considera uma resposta clássica a essa questão, segundo a qual tal habilidade pode ser explicada em termos de nosso domínio das condições de verdade de frases proferidas, condições de verdade essas que seriam bem definidas, e determinadas independentemente do contexto de uso das frases. Leclerc apresenta diversos princípios vinculados a tal projeto tradicional. Segundo ele, porém, tal projeto revela-se incapaz de explicar nossas habilidades de compreensão e produção de frases. Em seu lugar, Leclerc considera um projeto *contextualista*, defendido por autores como François Recanati e Charles Travis, segundo o qual as condições de verdade de frases são determinadas dado o contexto em que são proferidas. Leclerc apresenta, então, diversos princípios vinculados a tal projeto, que ajudam a clarificá-lo e refiná-lo.

O segundo artigo da edição, “Contextualismo Moderado sem Contextualismo Radical”, de Eduarda Calado Barbosa, também se ocupa do contextualismo em filosofia da linguagem. Aqui, é considerada uma distinção entre uma versão moderada do contextualismo – segundo a qual o conjunto de expressões cuja semântica é sensível a contextos inclui indexicais, demonstrativos, e pode ser expandido de forma a incluir outras expressões, mas não a ponto de incluir potencialmente todas as expressões da linguagem natural – e uma versão radical do contextualismo – segundo a qual, no limite, qualquer expressão da linguagem natural pode ser semanticamente sensível a contextos. Em seu artigo, Calado Barbosa defende, contra autores como Herman Cappelen e Ernest Lepore, que o contextualismo moderado não implica o contextualismo radical.

O terceiro artigo da edição, “Contextualismo Epistêmico, Análise do Conhecimento e Externalismo”, de Arthur Viana Lopes, também discute uma forma de contextualismo, mas, nesse caso, trata-se de uma teoria contextualista acerca de asserções de conhecimento (usualmente chamada, simplesmente, de “contextualismo epistêmico”), segundo a qual as condições de verdade de frases da forma “S sabe que  $p$ ” – em que  $p$  é uma proposição qualquer acerca do mundo – podem variar de acordo com o contexto em que são atribuídas. Filósofos como David Lewis e Keith DeRose buscaram utilizar tal forma contextualismo de maneira a solucionar um dos problemas centrais em teoria do conhecimento, a saber, o paradoxo céptico. Em seu artigo, Viana Lopes busca analisar a eficácia da suposta solução contextualista de tal paradoxo, buscando defender, ao fim, que a posição não parece capaz de solucioná-lo.

Apesar de o contextualismo epistêmico ser uma posição relativamente recente na literatura filosófica, há já autores que buscam reformulações de tal posição, que possam eliminar certos dos problemas que enfrenta. É o caso do filósofo americano John MacFarlane, que, nos últimos anos, vem defendendo uma posição por ele denominada “relativismo da verdade”, segundo a qual os valores de verdade de asserções de conhecimento podem variar de acordo com contextos nos quais tais asserções são avaliadas – e não de acordo com contextos nas quais tais asserções são atribuídas, como diria um defensor do contextualismo epistêmico. No quarto artigo desta edição, intitulado “Por que não ser um Relativista sobre Asserções de Conhecimento”, Bruno Henrique Uchôa apresenta o relativismo da verdade de MacFarlane, e argumenta que a posição não se mostra superior nem ao

contextualismo epistêmico nem ao chamado “invariantismo epistêmico”, posição segundo a qual as condições de verdade de asserções de conhecimento não variam de acordo com o contexto.

No quinto e último artigo desta edição, voltamos aos primórdios da filosofia da linguagem, e da filosofia analítica em geral. “A Proposta de uma Crítica da Linguagem no *Tractatus* de Wittgenstein”, de José Fernando da Silva, explora a crítica da linguagem desenvolvida por Wittgenstein em seu *Tractatus*, crítica essa que permitiria estabelecer os limites daquilo que pode ser dito.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam dar ao leitor uma idéia do trabalho mais recente realizado em filosofia analítica (em especial em filosofia da linguagem e teoria do conhecimento), e de seus desenvolvimentos, desde o trabalho de Wittgenstein, em seu *Tractatus*. Esperamos, também, que possam constituir uma amostra da qualidade do trabalho feito por filósofos analíticos no Brasil.

*André J. Abath*  
Universidade Federal da Paraíba